

Gros: vitória da tese brasileira

Divida EXT.

O presidente do Banco Central, Francisco Gros, disse, ontem, que a disposição do governo japonês de liberar novos recursos para os países endividados revela grande senso de responsabilidade e de cooperação de um país industrializado. Com essa decisão, as autoridades japonesas manifestam-se dispostas a evitar o desequilíbrio da economia mundial, provocado, segundo o presidente do Banco Central, pelo fluxo de capitais dos países pobres para os países ricos.

Gros considerou, porém, que a maneira como foi anunciada a disposição do governo japonês de contribuir com aproximadamente US\$ 30 bilhões ainda é muito vaga e seu alcance só poderá ser melhor avaliado quando forem definidas as condições em que se fará esse aporte de recursos. Em princípio, a cooperação do Japão seria um sinal concreto de que as teses defendidas pelo governo brasileiro na renegociação da dívida começam a dar resultados práticos. Mas o presidente do BC considera que ainda não há motivos concretos para muito otimismo.

Opinião semelhante foi manifestada pelo assessor especial do Ministério da Fazenda, João Manoel Cardoso de Mello, para quem o projeto japonês reforça a tese brasileira de que a questão da dívida deve ser tratada de maneira diferente. Segundo ele, o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, já tinha conhecimento da posição japonesa. De acordo com informação de Cardoso de Mello, Funaro teria tomado conhecimento da intenção do Japão no início deste mês quando, retornando de sua última viagem ao Exterior, manteve contatos com autoridades daquele país.

O economista acrescentou que a posição japonesa não é isolada e que o presidente Sney já está de posse de informações de outros países, no mesmo sentido, mas ainda não reveladas. Disse, também, que o governo vem adotando uma posição flexível,

na renegociação mas não quis informar qual a estratégia que deverá ser utilizada na discussão com os credores no que se refere à conversão dos juros em investimentos no País.

ECONOMIA FECHADA

"O Brasil não pode ficar alheio ao que acontece no mundo. Precisa abrir sua economia e adotar uma política para os investimentos externos capaz de atrair o capital que está no circuito financeiro e transformá-lo



Mello: reserva é 'loucura'

em investimento produtivo para permitir o desenvolvimento do País." Foi o que afirmou ontem o assessor especial do Ministério da Fazenda, João Manoel Cardoso de Mello, ao falar a uma platêia de cerca de 50 empresários estrangeiros, durante almoço promovido pela Câmara Italiana de Comércio. De acordo com o assessor do Ministério da Fazenda, o Brasil tem uma economia muito fechada, não compatível com sua estrutura e necessita ampliar o intercâmbio comercial com outros países.

João Manoel Cardoso de Mello reconheceu, no entanto, haver alguns entraves para isso, citando, como exemplo, a questão da reserva de mercado, com a qual não concorda e classifica de "loucura completa", ou a lei de informática, que na sua opinião, necessita de uma política adequada. Procurou, também, tranquilizar os empresários italianos quanto à manutenção da atual legislação que regula o capital estrangeiro, afirmando crer que, apesar de algumas ameaças, a Constituinte não deverá promover alterações nesse sentido.

Em relação aos políticos brasileiros, Cardoso de Mello disse ter havido má interpretação, tanto da direita quanto da esquerda, sobre a suspensão dos pagamentos dos juros da dívida externa, pois a proposta brasileira não significa a negação da dívida nem traz a ameaça de caos para o País, por causa de represálias. Disse que a intenção do governo foi simplesmente negociar com os credores um novo tratamento para a dívida.

Em relação ao comércio exterior, Cardoso de Mello disse acreditar numa recuperação bastante rápida do superávit brasileiro — "não nos mesmos níveis anteriores, de US\$ 1 bilhão, mas ainda assim expressivos" —, já a partir deste mês. Embora preferindo não fazer projeções, afirmou ter indicadores positivos do crescimento das exportações em abril.

No plano interno, o economista comentou os problemas originados no Plano Cruzado, afirmando que o principal deles — a inflação — foi causado pelo prolongamento excessivo do congelamento dos preços ("que todos sabem por que aconteceu") e pelo superaquecimento da demanda. "Se o descongelamento tivesse sido feito gradualmente, após os primeiros 90 dias — e não nove meses —, a inflação seria de 2,5%", disse acrescentando que a liberação dos preços foi feita de forma anárquica, sem o controle do governo.